



**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
2023**



INSTITUTO TELEMAR

CNPJ: 04.256.109/0001-45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desde 2001, o Oi Futuro - Instituto de inovação e criatividade para impacto social - é responsável pelo investimento social privado da Oi. Por meio de sua atuação, a companhia reforça o seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva, alinhada à agenda ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU. Constituído legalmente como uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país com programas e projetos nas áreas de Cultura, Educação e Inovação Social.

Em 2023, o instituto seguiu o seu propósito de conectar e impulsionar pessoas e organizações para a construção de novos futuros para todos e todas, por meio do estímulo à inovação e ao uso criativo das novas tecnologias digitais. Foi também um ano de consolidação de sua estratégia de formação de uma aliança de parceiros investidores ao lado da Oi para ampliação, inovação e sustentabilidade de seus principais programas.

Na área de Cultura, em 2023, o Oi Futuro reafirmou seu compromisso com o estímulo à ampla participação social na produção, inovação e fruição da arte e da cultura. Sua estratégia é ancorada no centro cultural Futuros - Arte e Tecnologia, no Rio de Janeiro, que irradia ações e projetos para o Brasil inteiro por meio de parcerias e colaborações com diferentes atores do ecossistema cultural.

Com galerias e teatro, o centro cultural é voltado para a interseção da arte, ciência e tecnologia, apresentando questões sobre o futuro sob perspectivas plurais e não convencionais. Em 2023, foram realizadas dez exposições e sete espetáculos teatrais no espaço, realizados por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Estado do Rio de Janeiro. O Futuros abriga ainda o Museum - Museu das Comunicações e Humanidades, que investiga o impacto das tecnologias de comunicação nas relações humanas, a partir de acervo brasileiro desde o século XIX até as tecnologias emergentes, fenômenos contemporâneos e novos comportamentos. No ano passado, o Museum expandiu suas ações educativas para 160 escolas públicas e organizações sociais com a oferta de 78 ônibus gratuitos. Durante o ano, o Programa Educativo atendeu mais de 5 mil pessoas em visitas mediadas e estações educativas gratuitas.

Em 2023, o Oi Futuro atualizou, pela primeira vez, a marca até então homônima do seu centro cultural: a partir de abril, o espaço passou a se chamar “Futuros - Arte e Tecnologia”, numa referência às múltiplas possibilidades de construção de novos futuros. Com nome neutro, o espaço deu as boas-vindas a novos investidores ao lado da Oi. Essa nova aliança permitiu o desenvolvimento de novos projetos voltados para a programação artística, para o Programa Educativo e para a revisão do plano museológico do Museum. Nesse novo movimento, o Oi Futuro continuou responsável pela gestão cultural e curatorial do Futuros - Arte e Tecnologia, tendo a Oi como principal investidora.

Fora do Centro Cultural, o Oi Futuro manteve sua linha de patrocínio de festivais de diferentes linguagens em outras regiões do Brasil. Em 2023, foram realizados três festivais, no Rio Grande do Sul e na Bahia, selecionados pelo Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados. Outro importante programa foi o **Cultura Circular**, criado pelo British Council e apoiado pelo Oi Futuro, que selecionou oito festivais nacionais para desenvolverem práticas sustentáveis na operação de seus eventos a partir de uma residência artística com realizadores e artistas do Reino Unido. Sua culminância ocorreu na Bial de Artes da Amazônia, em Belém do Pará.

Na área de Educação, fruto de convênio público entre a Oi, o Oi Futuro e os governos estaduais de Pernambuco e Rio de Janeiro, o NAVE (Núcleo Avançado em Educação) é um programa de inovação em educação que mantém duas escolas públicas estaduais na modalidade Ensino Técnico Integrado à Educação Profissional no Rio de Janeiro e em Recife. Em 2023, 394 jovens de Recife e do Rio de Janeiro se graduaram nos cursos técnicos de Programação de Jogos Digitais e Multimídia, totalizando mais de 3.880 estudantes formados desde 2006 pelas duas escolas do programa.

Um levantamento realizado com cerca de 700 egressos revelou que 93% dos jovens ingressaram no Ensino Superior, sendo metade deles em áreas relacionadas à formação tecnológica. Além disso, 86% dos ex-alunos estão empregados e 43% dos egressos entre 25 a 39 anos têm hoje renda superior a cinco salários mínimos. O estudo também confirmou o perfil de inclusão do programa NAVE: 65% vinham de famílias com renda total até 2 salários mínimos e 58% se identificam como pessoas negras ou pardas.

Na área de Inovação Social, o Oi Futuro realizou dois programas de aceleração de negócios e organizações da Economia Criativa para impacto social: o Impulso, que está na sua quinta edição no estado do Rio de Janeiro, e o Move_MT, que iniciou sua segunda edição no estado de Mato Grosso. Ambos os programas têm o objetivo de fortalecer empreendedores criativos para a transformação social. No Sudeste, o programa é realizado pelo Instituto Ekloos com patrocínio da Oi e da Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Já no Centro-Oeste, é viabilizado por convênio do Oi Futuro com a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Secel-MT).

INSTITUTO TELEMAR

Balanços patrimoniais

Em 31 dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022		Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3 e 4	30.344.076	33.348.303	Fornecedores de bens e serviços	10	115.495	669.488
Contas a receber	5	2.000	360.000	Obrigações trabalhistas e sociais	11	804.592	769.294
Adiantamentos a terceiros	6	27.477	92.921	Obrigações fiscais e tributárias	12	112.815	118.123
Créditos de funcionários		68.830	49.201	Recursos de projetos em execução	13	1.387.093	1.890.489
Tributos a recuperar		8.135	8.061			2.419.995	3.447.394
Despesas antecipadas	7	83.527	93.369				
		30.534.045	33.951.855				
Não circulante				Patrimônio líquido			
Despesas antecipadas	7	1.175	4.699	Patrimônio social	14	33.774.779	37.519.006
Imobilizado	8	5.477.606	6.616.879			33.774.779	37.519.006
Intangível	9	181.948	392.967				
		5.660.729	7.014.545				
Total do ativo		36.194.774	40.966.400	Total do passivo e do patrimônio líquido		36.194.774	40.966.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO TELEMAR

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais			
Com restrição			
Recursos de leis de incentivo à cultura	15.1	785.082	-
Recursos de termos de parceria/colaboração	15.2	858.875	797.524
Receitas financeiras	16	141.247	25.624
		1.785.204	823.148
Sem restrição			
Receita de doações e contribuições de associados	15.3	5.608.000	5.666.000
Outras receitas de doações e contribuições	15.4	694.931	1.017.724
Receitas de atividades culturais	15.5	91.112	56.921
Receitas financeiras	16	2.802.523	3.056.763
		9.196.566	9.797.408
Custos dos serviços sociais e culturais prestados	17	(10.519.348)	(10.284.596)
Resultado bruto		462.422	335.960
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(2.830.219)	(2.696.075)
Despesas tributárias	19	(38.691)	(20.092)
Depreciações e amortizações	8 e 9	(1.358.816)	(1.395.265)
Despesas financeiras	20	(9.153)	(10.645)
Outras receitas operacionais	21	30.230	94.259
		(4.206.649)	(4.027.818)
Déficit do exercício		(3.744.227)	(3.691.858)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO TELEMAR

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Déficit do exercício	(3.744.227)	(3.691.858)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(3.744.227)</u>	<u>(3.691.858)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO TELEMAR

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit líquido (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	41.210.864	-	41.210.864
Déficit do exercício	-	(3.691.858)	(3.691.858)
Incorporação do déficit do exercício ao patrimônio social	(3.691.858)	3.691.858	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.519.006	-	37.519.006
Déficit do exercício	-	(3.744.227)	(3.744.227)
Incorporação do déficit do exercício ao patrimônio social	(3.744.227)	3.744.227	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.774.779	-	33.774.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO TELEMAR

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Déficit do exercício	(3.744.227)	(3.691.858)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	1.358.816	1.395.265
	(2.385.411)	(2.296.593)
Variação nos ativos circulantes		
Contas a receber	358.000	(196.800)
Adiantamentos a terceiros	65.444	(45.727)
Créditos de funcionários	(19.629)	(6.464)
Tributos a recuperar	(74)	(108)
Despesas antecipadas	9.842	(19.690)
	413.583	(268.789)
Variação nos ativos não circulantes:		
Despesas antecipadas	3.524	9.525
	3.524	9.525
Variação nos passivos circulantes:		
Fornecedores de bens e serviços	(553.993)	492.112
Obrigações trabalhistas e sociais	35.298	(157.647)
Obrigações fiscais e tributárias	(5.308)	(25.294)
Fundos de projetos em execução	(503.396)	1.052.476
	(1.027.399)	1.361.647
Caixa líquido/(consumido) proveniente das atividades operacionais	(2.995.703)	(1.194.210)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(8.524)	(148.480)
Aquisição de Intangível	-	(8.971)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	(8.524)	(157.451)
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	(2.530.929)	(2.387.404)
(Redução)/Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa - com restrição	(473.298)	1.035.743
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro - sem restrição	31.451.092	33.838.496
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro - com restrição	1.897.211	861.468
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	30.344.076	33.348.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO TELEMAR

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Bancos conta movimento - recursos sem restrição	193.996	529.973
Aplicações de liquidez imediata - recursos sem restrição (i)	28.726.167	30.921.119
	<u>28.920.163</u>	<u>31.451.092</u>

- (i) A fim de remunerar sua disponibilidade, a Entidade busca alocar seu recurso em produtos bancários de aplicação financeira de baixo risco e com liquidez imediata, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. As aplicações financeiras correspondem a Cotas do Fundo de Investimento Multimercado Paraty administrado pela Sul América Investimentos DTVM S/A e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Sul América Investimentos DTVM S/A	28.726.167	30.921.119

4. Recursos vinculados a projetos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Bancos conta movimento - recursos com restrição (i)	12.137	11.248
Aplicações de liquidez imediata - recursos com restrição (ii)	1.411.776	1.885.963
	<u>1.423.913</u>	<u>1.897.211</u>

- (i) Referem-se a recursos depositados em conta bancária específica com restrição de movimentação decorrente de projetos em execução: a) projetos atrelados aos Termos de Colaboração com a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso para os projetos MOVE_MT anos 1 e 2; b) projeto Museu Fase 5 (PRONAC 193597).

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco do Brasil S/A	12.137	11.248

- (ii) Referem-se a aplicações financeiras decorrentes das disponibilidades dos recursos mencionados em (i).

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco do Brasil S/A	1.411.776	1.885.963

5. Contas a receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Doações e contribuições de PJ (i)	-	360.000
Outras constas a receber	2.000	-
	<u>2.000</u>	<u>360.000</u>

INSTITUTO TELEMAR

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

- (i) Refere-se a doações e contribuições de pessoas jurídicas contabilizadas segundo o regime de competência e recebidas no decorrer do exercício seguinte.

6. Adiantamentos a terceiros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento Facebook (i)	4.546	90.598
Outros adiantamentos	22.931	2.323
	<u>27.477</u>	<u>92.921</u>

- (i) Refere-se a antecipação de mídia online com o fornecedor Facebook para garantir a continuidade e a consistência da implementação da estratégia de comunicação digital do Instituto. Através do Facebook é possível planejar o impulsionamento e a segmentação de nossos conteúdos.

7. Despesas antecipadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prêmios de seguros a apropriar	41.521	53.337
Software a apropriar (i)	11.704	17.078
Outras despesas a apropriar	31.477	27.653
	<u>84.702</u>	<u>98.068</u>
Circulante	83.527	93.369
Não circulante	1.175	4.699

- (i) Refere-se à renovação e aquisição de licenças de softwares (Antivírus para as escolas NAVE, software para hiper-realidade virtual no Musehum, entre outros), com prazo determinado, para os projetos de Educação, Cultura e Áreas de Apoio. Os softwares são amortizados de acordo com o seu tempo de licença em uso.

INSTITUTO TELEMAR

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

8. Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Valor líquido em 2022	Em 31 de dezembro 2023				Valor líquido em 2023
			Adições	Baixas	Transferências	Depreciação Acumulada	
Edificações	4%	344.392	-	-	-	(31.421)	312.971
Máquinas e equipamentos	10%	4.570.407	-	-	-	(828.051)	3.742.356
Computadores e periféricos	20%	361.531	8.524	-	-	(166.307)	203.748
Móveis e utensílios	10%	352.107	-	-	-	(74.660)	277.447
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros		988.442	-	-	-	(47.358)	941.084
		6.616.879	8.524	-	-	(1.147.797)	5.477.606

	Taxa de Depreciação	Valor líquido em 2022	Em 31 de dezembro 2022				Valor líquido em 2023
			Adições	Baixas	Transferências	Depreciação Acumulada	
Edificações	4%	375.815	-	-	-	(31.423)	344.392
Máquinas e equipamentos	10%	5.268.401	129.286	-	-	(827.280)	4.570.407
Computadores e periféricos	20%	519.928	19.194	-	-	(177.591)	361.531
Móveis e utensílios	10%	444.154	-	-	-	(92.047)	352.107
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros		1.035.797	-	-	-	(47.355)	988.442
		7.644.095	148.480	-	-	(1.175.696)	6.616.879

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

9. Intangível

	Saldo líquido em 2022	Em 31 de dezembro de 2023			Saldo líquido em 2023
		Adições	Transferências	Amortização 20% ao ano	
Softwares	392.967	-	-	(211.019)	181.948
	392.967	-	-	(211.019)	181.948

	Saldo líquido em 2021	Em 31 de dezembro de 2022			Saldo líquido em 2022
		Adições	Transferências	Amortização 20% ao ano	
Softwares	603.565	8.971	-	(219.569)	392.967
	603.565	8.971	-	(219.569)	392.967

10. Fornecedores de bens e serviços

	2023	2022
Fornecedores de bens e materiais de consumo	-	40.470
Prestadores de serviços a pagar	44.589	530.974
Outras contas a pagar	70.906	98.044
	115.495	669.488

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	2023	2022
Salários e ordenados a pagar	173.668	152.690
Provisão de férias e encargos	512.968	451.786
Pensão alimentícia a pagar	3.988	2.697
FGTS a pagar	29.053	25.390
Previdência social a pagar/recolher	81.283	132.597
PIS a pagar	3.632	4.134
	804.592	769.294

12. Obrigações fiscais e tributárias

	2023	2022
IRPF a recolher (assalariados)	94.446	88.092
IRRF PJ a recolher	1.676	1.434
Cofins/CSLL/Pis a recolher	5.417	12.733
ISSRF a recolher	246	1.533
Outras obrigações fiscais e tributárias	11.030	14.331
	112.815	118.123

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)**

13. Recursos de projetos em execução

Refere-se aos saldos apurados nos referidos exercícios do projeto MOVE_MT ano 2 (termo nº 2700-2022) no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica com o Estado de MT e fundamentado nos Termos de Colaboração com a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer em que o Oi Futuro é proponente (execução, gestão técnica e financeira). Compreende também o saldo apurado do Projeto Museu Fase 5 (PRONAC 193597).

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Termo de Colaboração nº 0819-2020	-	40.489
Termo de Colaboração nº 2700-2022	990.720	1.850.000
Lei Federal de Incentivo à Cultura - Pronac 193597	396.373	-
	<u><u>1.387.093</u></u>	<u><u>1.890.489</u></u>

14. Patrimônio líquido**14.1. Patrimônio social**

O patrimônio social incorpora os resultados apurados em cada exercício, as doações de bens patrimoniais e os ajustes decorrentes de retificação de erros imputáveis a determinados exercícios anteriores não atribuídos a fatos subsequentes.

15. Resultado bruto

Registra os recursos recebidos provenientes de doações e contribuições de seus associados, de outras pessoas físicas e jurídicas e de receitas resultantes de suas atividades culturais, deduzidas de impostos e contribuições sobre elas incidentes e os recursos recebidos e utilizados de convênios firmados com órgãos públicos e de leis de incentivo.

15.1. Recursos de leis de incentivo à cultura

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lei Federal de Incentivo à Cultura Pronac 193597	785.082	-

Refere-se à execução do projeto Musehum - Museu das Comunicações e Humanidades Museu Fase 5 (PRONAC 193597).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

15.2. Recursos de termos de parceria/colaboração

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Convênio de Cooperação Técnica - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer - Mato Grosso - Termo de colaboração nº 2700- 2022	858.875	797.524

15.3. Receita de doações e contribuições de associados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Oi S.A. - Em Recuperação Judicial	5.608.000	5.666.000

Seguindo o planejamento orçamentário aplicado pela Mantenedora, as doações não se alteraram significativamente em relação ao exercício anterior.

15.4. Outras receitas de doações e contribuições

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Associação do Conselho Britânico (i)	96.800	957.724
Instituto Telles (ii)	597.846	-
Outras doações e contribuições	285	60.000
	<u>694.931</u>	<u>1.017.724</u>

- (i) Em 2023, foi mantida a parceria com a Associação do Conselho Britânico através do projeto Cultura Circular com objetivo de ajudar a construir eventos com melhores práticas socioambientais, com pautas de sustentabilidade e emergência climática.
(ii) Parceria para projeto Aliança NAVE.

15.5. Receitas de atividades culturais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Espaço Cultural Oi Futuro - Bilheteria Teatro	99.040	67.890
(-) Impostos (ISS)	(4.957)	(8.937)
(-) Contribuições Sociais (COFINS)	(2.971)	(2.032)
	<u>91.112</u>	<u>56.921</u>

16. Rendimentos financeiros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Com restrição		
Rendimentos de aplicações financeiras	155.943	33.063
(-) Imposto de renda s/ rendimentos de aplicações financeiras	(14.696)	(7.439)
	<u>141.247</u>	<u>25.624</u>
Sem restrição		
Descontos obtidos	1	-
Renda de aluguéis e arrendamentos	45.226	174.600
(-) COFINS s/ renda de aluguéis e arrendamentos	(1.357)	(5.238)
Rendimentos de aplicações financeiras	3.638.002	3.804.874
(-) Imposto de renda s/ rendimentos de aplicações financeiras	(727.953)	(765.529)
Variação monetária ativa	421	1.410
(-) COFINS s/ receitas financeiras	(151.817)	(153.354)
	<u>2.802.523</u>	<u>3.056.763</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

17. Custos dos serviços sociais e culturais prestados

Registra os gastos vinculados à execução dos programas da área de Educação, Cultura e Inovação Social, seguindo o propósito de conectar e impulsionar pessoas e organizações para a construção de novos futuros para todos e todas, por meio do estímulo à inovação e ao uso criativo das novas tecnologias digitais.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cultura	(4.590.862)	(4.877.880)
Educação	(4.395.141)	(4.190.245)
Inovação Social	(1.533.345)	(1.216.471)
	<u>(10.519.348)</u>	<u>(10.284.596)</u>

Ao longo do ano mantivemos relevância nos programas e projetos através de parcerias sustentáveis e redes de colaboração, sempre com a missão de ampliar o impacto de nossa atuação.

18. Despesas gerais e administrativas

Registra as despesas realizadas pelo Instituto Telemar na execução de seus objetivos estatutários.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas de pessoal com vínculo empregatício		
Salários e outros proventos	(1.249.101)	(1.210.489)
Encargos sociais (i)	(353.577)	(478.796)
Benefícios e outras despesas de pessoal (ii)	(244.573)	(204.014)
(-) Participação dos colaboradores	46.005	48.591
	<u>(1.801.246)</u>	<u>(1.844.708)</u>
Despesas de pessoal sem vínculo empregatício (iii)	(13.680)	(17.214)
Outras despesas gerais e administrativas e de infra estrutura (iv)	(1.015.293)	(834.153)
	<u>(2.830.219)</u>	<u>(2.696.075)</u>

- (i) Referem-se à contribuição previdenciária patronal, FGTS e PIS;
- (ii) Referem-se à condução urbana, alimentação, seguro de vida em grupo, planos de assistência médica e odontológica, auxílio-farmácia, auxílio-creche, plano de previdência privada e treinamento/aperfeiçoamento profissional;
- (iii) Referem-se a estagiários e serviços de autônomos incluindo contribuição previdenciária patronal;
- (iv) Referem-se a despesas como: consultoria em informática, consultorias técnicas, manutenções patrimoniais, programação e eventos, contas de consumo, seguros, condução e lanches, diárias e outras despesas de viagem, material de consumo e expediente, contribuições a entidades de classe, transportes e fretes, serviços gráficos, bens de pequeno valor.

INSTITUTO TELEMAR

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

19. Despesas tributárias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos, taxas e contribuições federais	(117)	(28)
Impostos, taxas e contribuições estaduais	(16.368)	(585)
Impostos, taxas e contribuições municipais	(22.206)	(19.479)
	<u>(38.691)</u>	<u>(20.092)</u>

20. Despesas financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Comissões e despesas bancárias	(8.792)	(5.776)
Juros e multas de mora	(361)	(4.869)
	<u>(9.153)</u>	<u>(10.645)</u>

21. Outras receitas/despesas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outras receitas (i)	30.256	94.419
Outras despesas	(26)	(160)
	<u>30.230</u>	<u>94.259</u>

(i) Referem-se a recursos vinculados à consultoria para concepção e implantação de um programa para atrair, selecionar e contratar profissionais de tecnologia, originário das escolas NAVE e à apropriação do custo do plano de assistência médica dos colaboradores da Entidade pago pelo Sócio Mantenedor.

22. Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. A Entidade deixou de constituir provisão para eventual perda em ações de natureza trabalhista e cível de que é parte, uma vez que eventuais passivos delas decorrentes deverão ser suportados pelos seus associados mantenedores.

23. Instrumentos financeiros - gerenciamento de riscos

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Durante os exercícios de 2023 e 2022, a entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital.

23.1. Estrutura do gerenciamento de risco

A Entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

23.2. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de déficit financeiro da entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras com as suas contrapartes.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito da entidade na data das demonstrações contábeis está assim demonstrada:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	28.920.163	31.451.092
Contas a receber (nota 5)	2.000	360.000
Adiantamentos a terceiros (nota 6)	27.477	92.921
Créditos de funcionários	68.830	49.201
	<u>29.018.470</u>	<u>31.953.214</u>

A Entidade, quando necessário, estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de despesas a incorrer com as contas a receber. Essa provisão é calculada considerando o risco específico relacionado a exposições individuais.

23.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A tabela a seguir apresenta os saldos dos ativos e passivos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos mensurados pelo valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	28.920.163	31.451.092
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber (nota 5)	2.000	360.000
Adiantamentos a terceiros (nota 6)	27.477	92.921
Créditos de funcionários	68.830	49.201
	<u>29.018.470</u>	<u>31.953.214</u>
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores de bens e serviços (nota 10)	115.495	669.488
Obrigações trabalhistas e sociais (nota 11)	804.592	769.294
Obrigações fiscais e tributárias (nota 12)	112.815	118.123
	<u>1.032.902</u>	<u>1.556.905</u>

23.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

24. Remuneração dos Administradores

O estatuto social da Entidade possui previsão de remuneração dos membros do Conselho Gestor e da Diretoria Executiva, respeitados, os valores praticados pelo mercado.

25. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade possui cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, considerados pelos seus gestores, em montante suficiente para cobrir eventuais sinistros.

<u>Cobertura básica</u>	<u>CoberturaLimite de indenização</u>
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza, implosão e queda de Aeronaves e quaisquer outros Engenhos Aereos	18.284.108
<u>Cobertura</u>	<u>Limite de indenização</u>
Tumultos, greves e lock-outs	500.000
Danos elétricos	500.000
Roubo e/ou furto qualificado de bens nas dependências do Instituto	500.000
Equipamentos eletrônicos sem roubo	1.000.000
Recomposição de registros e documentos	500.000
Alagamento e/ou inundações	1.500.000

As premissas de risco adotadas, dada suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores do Instituto.

26. Eventos subsequentes

Não ocorreram até 20 de fevereiro de 2024, data em que a Diretoria autorizou a a sua emissão, eventos que pudessem alterar de forma significativa estas Demonstrações Contábeis, bem como as operações da Entidade.

Sara Crosman
Presidente
CPF 983.705.457-34

Rui de Sá Rodrigues
Contador CRC/RJ 075.440/0-8
CPF 601.955.417-15




PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Srs. Membros da Assembleia Geral:

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do **INSTITUTO TELEMAR** e de acordo com as disposições legais e estatutárias vigentes, examinamos o Relatório Anual e as Demonstrações Contábeis apresentados pela Diretoria referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2023**. Com base nas análises efetuadas e no Parecer dos Auditores Independentes, somos de opinião que os referidos documentos merecem a aprovação dos senhores membros da Assembleia Geral.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2024.

DocuSigned by:

EFCC7410A9AD4C3...
Thalles Eduardo Silva
Gracelacio Da Paixao
Conselheiro Efetivo

DocuSigned by:

EC63D46A92CE45F...
Duilio de Novaes Alves
Conselheiro Efetivo

DocuSigned by:

2CB3B9E2FBAF4D7...
Flávia Casali
Conselheira Efetiva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Instituto Telemar
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Telemar (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Telemar**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e interpretação técnica geral - ITG 2002.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da Sócia mantenedora Oi S.A. (Em Recuperação Judicial)

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que em 14 de dezembro de 2022, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101/2005, sentença decretando o encerramento da recuperação judicial da Sócia Mantenedora Oi S.A. - Em Recuperação Judicial, a qual foi publicada no Diário Oficial da União em 10 de janeiro de 2023. Contudo, em 01 de março de 2023, foi ajuizado um novo pedido de recuperação judicial perante o Juízo da Recuperação Judicial.

No Fato Relevante divulgado em 02 de março de 2023, as Requerentes esclareceram que em função de diversos fatores, incluindo (a) a aproximação da data de encerramento dos efeitos da Tutela de Urgência; (b) as negociações ainda em andamento com os referidos credores financeiros da Sócia Fundadora e seus assessores, com a existência de pontos negociais ainda sujeitos à concordância entre as partes que impossibilitam a Sócia Fundadora de concluir, até o presente momento, as negociações e objetivos mencionados acima; (c) o cenário econômico-financeiro em que se encontram a Sócia Fundadora e suas Subsidiárias, com dívidas vencidas e o potencial vencimento antecipado e cruzado de contratos financeiros celebrados; e (d) necessidade de manutenção da proteção legal contra potenciais execuções de credores e outras medidas contra a Sócia Fundadora e suas subsidiárias, o pedido de Nova Recuperação Judicial demonstrou-se a medida mais adequada para as Requerentes. Além disso, em 5 de dezembro de 2023, foi publicado o edital de individualização de créditos detidos pelos “bondholders”, decorrentes da 10,00% / 12,00% - “Senior PIK Toggle Notes Indenture”, com vencimento em 2025, de forma a conferir o direito de petição, voz e voto na Assembleia Geral de Credores (“AGC”), a ser convocada para deliberar sobre a aprovação do Novo PRJ da Companhia ou para aderir ao referido Novo PRJ via Termo de Adesão.

Em paralelo, as Requerentes apresentaram, em 19 de maio de 2023, o Novo PRJ, cujos principais termos e condições gerais refletem as negociações mantidas, até aquela data, com seus principais credores e “stakeholders” para reestruturação das dívidas das Requerentes. Os créditos concursais sujeitos à Nova Recuperação Judicial, oriundos de fatos geradores anteriores ao pedido de Recuperação Judicial, ou seja, anteriores a 1 de março de 2023, terão os tratamentos previstos no Novo PRJ a ser submetido à votação pelos Credores Concurtais em AGC, a ser oportunamente marcada, observados os prazos previstos na LRF. Esse item apresenta, de maneira sintetizada, as principais condições do Novo PRJ.

No dia 19 de maio de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e condições do Novo PRJ, bem como a sua apresentação nos autos do processo de 2ª Recuperação Judicial.

Em 12 de setembro de 2023, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu a prorrogação do “stay period” (ou seja, período inicial de 180 dias estabelecido na decisão que deferiu o processamento da Nova Recuperação Judicial, proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 16 de março de 2023, para suspender as ações e execuções contra as Requerentes, na forma do art. 6º da LRF), pelo prazo de 90 dias adicionais, por considerar a medida adequada e necessária para o efetivo e eficaz andamento do processo de Recuperação Judicial da Companhia e suas subsidiárias Oi Coop e PTIF.

Novamente, em 11 de dezembro de 2023, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu nova prorrogação do “stay period” pelo prazo de 90 dias adicionais, contados da publicação da referida decisão, ocorrida em 14 de dezembro de 2023.

As administrações das Requerentes pretendem tomar as providências cabíveis e adotar os atos necessários para a produção de efeitos do pedido de Nova Recuperação Judicial em todas as jurisdições nas quais tais medidas sejam necessárias.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 foram preparadas sob o pressuposto da continuidade normal de suas operações e do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial de sua Sócia Mantenedora e não incorporam quaisquer ajustes contábeis que seriam necessários na hipótese de uma descontinuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Responsabilidade da Diretoria pelas demonstrações contábeis

A Diretoria da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e interpretação técnica geral - ITG 2002, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F


Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/0-2